

“ESCOLA ÁGUA CIDADÃ” E “PROJETO JOGO LIMPO”: EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UBERLÂNDIA-MG

“PUBLIC SCHOOL WATER” AND “PROJECT FAIR PLAY”: EXPERIENCES OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN UBERLÂNDIA-MG

*Daniela Beraldo Barbosa¹
Eucarice de Fátima Lemos²*

RESUMO: Este artigo trata do estudo de dois projetos de Educação Ambiental em Uberlândia - MG: Escola Água Cidadã, do DMAE e Jogo Limpo, da OPA! O trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica e de campo, pela qual se procura evidenciar as experiências com Educação Ambiental e alternativas para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, no sentido de contribuir para uma aprendizagem significativa e de formação da consciência ambiental do cidadão ciente de seus direitos e deveres, capacitado para cobrar dos governantes medidas preventivas e punitivas para evitar a degradação ambiental. Nesse sentido, ressalta a importância da educação ambiental no processo de ensino e aprendizagem, bem como as contribuições deixadas pelos projetos. Além disso, procura destacar o valor do professor, de sua prática e formação para o desenvolvimento de atividades e projetos relacionados à educação ambiental no dia a dia de ensino da sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental. Ensino. Prática pedagógica.

ABSTRACT: This article deals with the study of two projects on Environmental Education in Uberlândia - MG: School Public Water, DMAE and Fairness, the OPA! The work is the result of a literature search and field, by which it seeks to highlight the experiences with environmental education and alternatives to the development of new teaching practices, in order to contribute to a meaningful learning and training of environmental awareness of citizens aware of their rights and duties, and able to call on governments preventive and punitive measures to prevent environmental degradation. In this regard, stresses the importance of environmental education in the teaching and learning, as well as contributions left by the projects. Moreover, attempts to highlight the value of the teacher, practice and training to develop activities and projects related to environmental education in everyday school classroom.

KEYWORDS: Environmental education. Teaching. Teaching practice.

¹ Mestre em Genética e Bioquímica. Professora do curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade Católica de Uberlândia-MG. E-mail: daniberaldo@yahoo.com.br

² Graduada em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia-MG. E-mail: eucarice@yahoo.com.br

Introdução

Este artigo pretende colocar em relevo a preocupação quanto à prática pedagógica no Ensino Fundamental relacionada à Educação Ambiental. Para tanto, trata da importância e das contribuições deixadas por dois projetos na cidade de Uberlândia-MG: o Programa Escola Água Cidadã, do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e o Projeto Jogo Limpo, da Organização de Proteção Ambiental (OPA!). Ressaltamos ainda, a importância do professor e de sua postura no processo de ensino e aprendizagem, visando formar o cidadão consciente em relação ao meio ambiente.

Primeiramente, apresenta-se um breve relato pontuando alguns momentos históricos significativos, para em seguida apontar as bases legais que orientam o ensino no que se refere à Educação Ambiental e, com o objetivo de evidenciar alternativas didáticas, será apresentada uma análise dos dois projetos supracitados, bem como destacar a importância de se trabalhar a Educação Ambiental no Ensino Fundamental.

Assim, este trabalho justifica-se pela relevância e importância do assunto em tempos em que o meio ambiente encontra-se bastante afetado pelas ações humanas ao longo de sua caminhada rumo ao desenvolvimento tecnológico (LAYARGUES, 1998). Há um forte discurso sobre preservação do meio ambiente, parte das pessoas sabem o que deve ser feito, mas não modificam suas atitudes. Muitos conhecem o correto e não o fazem por não possuírem uma formação sólida, ao passo que muitos educadores desconhecem alternativas para se trabalhar com Educação Ambiental.

Da origem ao momento atual da educação ambiental

Ao longo de sua trajetória pelo planeta, o homem alcançou resultados surpreendentes no que diz respeito a avanços tecnológicos e científicos. O crescimento econômico aliado ao desenvolvimento das ciências e da tecnologia, principalmente com o advento da industrialização, acarretaram num grande aumento da utilização dos recursos naturais e da produção de resíduos. A atividade humana rompe com a dinâmica ecológica, uma vez que a sociedade não conseguiu tratar o meio em que vive com a devida atenção, e por isso o ambiente está extremamente afetado pelas ações humanas.

Diante dos inúmeros problemas ambientais causados pelo crescimento sócioeconômico desenfreado, surge a preocupação por parte de estudiosos que passam a alertar sobre a gravidade desses problemas, suas causas, bem como as limitações dos ecossistemas e a necessidade de repensar os modelos de consumo e de crescimento econômico (DIAS, 1998).

Segundo o mesmo autor, o início da década de 1960 é o marco das preocupações com o ambiente, especificamente a organização de movimentos contra culturais em defesa do meio ambiente. Tais movimentos ambientalistas começaram a mobilizar formadores de opinião em vários setores da sociedade, com a finalidade de pressionar os governos a estabelecerem medidas preventivas e punitivas a fim de frear a degradação ambiental. Aos poucos essas organizações se fortaleciam e ampliaram suas ações.

Nesse contexto surge a Educação Ambiental com a finalidade de construir valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e atuação responsável do indivíduo ou do grupo no meio ambiente (LOUREIRO, 2005). Pouco a pouco questões relacionadas a este aspecto vão conquistando espaço no cenário mundial.

Em 1972, a Conferência sobre o meio ambiente humano, realizada pela ONU, na capital sueca, gerou a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo, que teve como objetivo chamar a atenção dos governantes para a adoção de novas políticas ambientais, entre elas um programa de Educação Ambiental, visando educar a população para a compreensão e o combate à crise ambiental no mundo (DIAS, 1998).

Posteriormente, em 1975 acontece em Belgrado, por meio da Unesco, um encontro internacional sobre a educação ambiental. O encontro resultou na formulação de princípios e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental, contínua, interdisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais, apontando para a necessidade de pensar um novo tipo de desenvolvimento, onde o crescimento econômico não resulte em consequências prejudiciais às pessoas, ao meio ambiente e às condições de vida. (Unesco, 1975).

Outro evento em destaque neste panorama histórico foi realizado na Geórgia em 1977. Conhecido como Conferência de Tbilisi, ele contribuiu para a definição de objetivos, características, recomendações e estratégias pertinentes ao plano nacional e internacional. Este evento destacou que a prática da Educação Ambiental deve considerar todos os aspectos que compõem esta questão, ou seja, os aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, éticos, culturais e ecológicos, dentro de uma visão inter e multidisciplinar (DIAS, 1998).

No Brasil, a Constituição de 1988, capítulo VI, do Meio Ambiente, art. 225, parágrafo 1º, inciso VI, atribui ao poder público a promoção de políticas relacionadas à Educação Ambiental, nos diversos níveis de ensino.

A conferência da ONU sobre o meio ambiente realizada no Brasil, a RIO 92, reuniu representantes de quase todos os países do mundo para decidir que medidas poderiam ser tomadas para tentar diminuir a degradação ambiental e garantir o bem estar de outras gerações.

Desta conferência resultou a Agenda 21, que é um programa voltado para viabilização de um novo padrão de desenvolvimento que leve em consideração o meio ambiente. Ela aponta uma série de recomendações aos governos, agências de desenvolvimento, órgãos das Nações Unidas, organizações não governamentais e sociedade civil de um modo em geral (BRASIL, 2010).

A Agenda 21 engloba ainda uma série de decisões resultantes das conferências específicas e temáticas, implicando na criação de metas e objetivos, sendo o principal “conciliar o crescimento sócio-econômico com a preservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas da Terra” (BRASIL, 2010). A Rio 92 também resultou no Tratado de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis.

Celebrado por diversas organizações da sociedade civil, o tratado versa especificamente da Educação Ambiental, apontando como objetivo propiciar a reflexão, o debate e a autotransformação das pessoas. A conferência consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e apontou a degradação do meio ambiente como responsabilidade dos países desenvolvidos (BRASIL, 2010).

Após dez anos da ECO 92, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a chamada RIO +10 ou Conferência de Joanesburgo, que teve como principal objetivo rever as metas propostas para a Agenda 21, porém o evento tomou outra direção com a discussão de questões de cunho social e a formação de blocos de países que acabaram por defender seus interesses pessoais. (BRASIL, 1997).

Nesse contexto, gradativamente a Educação Ambiental vem conquistando espaço no processo educacional do nosso país. Conforme Mendonça (2010), 2010 foi o ano internacional da biodiversidade, marcando as preocupações - por diligência da ONU - em relação à proteção do patrimônio natural e da importância de se preservar a biodiversidade. No panorama atual, a proteção da biodiversidade está vinculada à urgência da busca da “construção de sociedades sustentáveis, pautadas pela justiça social, pelo respeito à biossociodiversidade e pelo equilíbrio dinâmico dos ecossistemas” (LOUREIRO, 2010, p. 11). Assim, cada vez mais se percebe a importância da Educação Ambiental, tanto no espaço de ensino formal quanto no espaço de educação não-formal.

Bases legais para a educação ambiental no Brasil

A Lei nº 9.795, de 28 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), que dispõe sobre a Política Nacional Educação Ambiental (PNEA), determina a inclusão da EA (Educação Ambiental) de modo organizado e oficial no sistema escolar brasileiro. Esta lei consolida os princípios da educação ambiental

discutidos nos fóruns internacionais e nacionais desde 1977, quando os torna legais ao fornecer a sociedade um instrumento de cobrança para a promoção de EA.

No disposto da lei, em seus artigos 1º e 2º, a Educação Ambiental é entendida como os processos por meio dos quais o sujeito e a sociedade constroem valores, conhecimentos, habilidades e competências voltadas para a preservação e uso sustentável do meio ambiente. Além disso, dispõe que a EA é um componente fundamental e que deve estar presente na educação nacional, articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, seja formal ou não formal (BRASIL, 1999).

Ao definir as responsabilidades e inserir a Educação Ambiental na pauta dos diversos setores da sociedade, a PNEA institucionaliza este tema e o torna objeto de políticas públicas, cabendo aos sistemas de ensino a responsabilidade de trabalhar os diversos assuntos que estão relacionados com a EA e promover uma educação que consiga desenvolver nos indivíduos a capacidade de atuar ativamente para exercer seus direitos e deveres enquanto cidadão.

Os apontamentos da lei evidenciam que, desde a Declaração de Estocolmo, a Educação Ambiental vem conquistando espaço, direcionando-se para uma educação democrática e libertadora, eficiente, comprometida com a conscientização e manutenção da qualidade de vida. Para além das questões do tratamento do lixo, ela propõe uma nova ética, a de pensar e re-pensar o consumo, os modelos de desenvolvimento econômico e as responsabilidades, tanto das autoridades quanto dos cidadãos.

Importância da Educação Ambiental na prática pedagógica

A EA é fundamental e necessária para que nosso planeta esteja apto a receber as futuras gerações. Para que haja recursos naturais – essenciais à vida – precisamos preservar agora e consumir moderadamente, pois tais recursos não são renováveis. Não basta tranquilizar a consciência em separar o lixo para a coleta seletiva. Ainda que isso seja importante, é necessário repensar os modelos de consumo.

Diante disso, consideramos que a Educação Ambiental deve ser trabalhada no ensino formal desde a Educação Infantil, pois possui um papel essencial ao ponto de promover um ensino que ofereça às crianças ideias e práticas que conduzam à transformação, possibilitando uma nova consciência de respeito, cuidado e valorização do meio ambiente, bem como dos modelos de consumo. Para Oliveira (2000, p. 80):

O estabelecimento de uma nova ética, de uma ética da promoção da vida, exige novas reflexões e ações sobre a dignidade, as contradições, as opressões e as desigualdades. Um novo patamar mais amplo e abrangente, que impõem a revisão dos paradigmas do conhecimento e das práticas de relações entre os seres humanos, de revisão das relações do homem com a natureza, que há de conviver em uma relação mais solidária com a terra, o ar, os animais e as plantas.

Quando se trata de Educação Ambiental, não está em jogo somente os assuntos relacionados à natureza, mas há de se pensar que o meio ambiente envolve, além do meio físico, as relações humanas, as pessoas em si e tudo que influencia em suas vidas. Envolve relações com a economia, política e com as próprias relações interpessoais. Fala-se em cidadania, mas de fato, conforme aponta Loureiro (2005), a cidadania não é algo dado.

Este autor afirma ainda que a cidadania não é fornecida pelos governantes, mas é algo construído quando um indivíduo se sente parte da sociedade em que vive. Há de se pensar qual a função da educação voltada para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do planeta e que tipo de educação está sendo oferecida às nossas crianças e jovens.

Assim, há um desafio a superar: a crise pela qual passa nossa sociedade. E como parte dos vários problemas está a crise ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2004). Entre as diversas iniciativas, a educação se apresenta como uma das principais formas de se superar os problemas encontrados, visando prevenir outras situações causadas por agressões ao meio ambiente.

Além da educação para a conservação do meio ambiente, a Educação Ambiental deve incorporar as perspectivas dos sujeitos sociais, bem como explicitar os problemas, as causas das desigualdades e do baixo padrão de vida da maioria das pessoas e as consequências ocasionadas pela nossa forma de utilizar os recursos naturais disponíveis (LOUREIRO, 2005).

Loureiro (2005) indica que, para que o ser humano assuma uma nova postura frente aos recursos naturais, com respeito ao meio natural e aos meios de outras espécies e de sua espécie, é preciso superar a maneira alienante de viver que o ser humano possui. Ele precisa reconhecer-se como ser finito e identificar suas prioridades e necessidades, negando a cultura do consumismo desenfreado.

A problemática ambiental não pode ser dissociada do dia a dia da escola e da sociedade. É necessária uma educação que propicie a capacidade crítica para a avaliação das ações, do modo de viver. Dias (1998, p. 202) nos leva a uma reflexão importante sobre a postura adotada em relação ao consumo e ao meio, afirmando o seguinte: “enquanto vidros, papéis, metais e resíduos orgânicos forem vistos como lixo, estaremos perdendo dinheiro e, o que é pior, estaremos contribuindo para o aumento da pressão sobre os recursos ambientais”.

Diante disso, é papel da educação inculcar nos indivíduos ações de respeito e responsabilidade permanentes em sua vida. É urgente a conscientização do quanto somos frágeis e dependentes do meio ambiente. A falta de responsabilidade da população vem principalmente da falta de informação e de uma consciência ambiental, e esta questão está relacionada à cidadania. Para haver preservação e para que as leis sejam colocadas em prática, a própria população precisa fazer o que é certo, exigir e impor, ter a ideia de preservação como algo importante, um dever e direito (JACOBI, 1998).

A melhor forma de educar é envolver o educando no processo de ensino para que ele se sinta parte deste processo. Ao mesmo tempo em que o aluno recebe informações deve contribuir com a construção do conhecimento e a busca por soluções para problemas enfrentados mundialmente e em sua região, mais especificamente, em seu cotidiano. Para tanto, Jacobi (1998, p. 12) aponta que:

A EA deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relacione o homem, a natureza e o universo, tomando como referência o fato de que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Considerando que não há sociedade sem prática educativa, nem prática educativa sem sociedade (LIBÂNEO, 1994), o ensino quanto à problemática ambiental não pode ser dissociado do dia a dia do aluno. É necessária uma educação que propicie a capacidade crítica para a avaliação das ações e do modo de viver.

Pensar em educação ambiental é pensar a didática e a prática do professor. Pensar os objetivos que se deseja alcançar, e, com efeito, qual aluno se deseja formar. Desnudar-se dos preconceitos e aceitar desafios que pode incluir mudança na prática e na postura enquanto educador.

Libâneo (1994) afirma que a dimensão educativa do ensino, que visa formar alunos atuantes frente à realidade e às questões ambientais, requer do professor clareza quanto à importância de seu papel, bem como do significado político e social de seu trabalho, do papel da escola e da educação na democratização da sociedade e no caráter político e ideológico de toda educação. Segundo o autor, “ensinar significa possibilitar aos alunos, mediante a assimilação consciente dos conteúdos escolares, a formação de suas capacidades e habilidades cognitivas e operativas e, com isso, o desenvolvimento da consciência crítica”. (LIBÂNEO, 1994, p. 100)

Assim, o trabalho docente deve ter “como ponto de partida e ponto de chegada a prática social, política, econômica e cultural” dos alunos. (LIBÂNEO, 1994, p. 79). É preciso levar em consideração o nível de conhecimento, experiências e desenvolvimento mental a que se encontra o aluno.

O professor possui um papel fundamental no desenvolvimento da educação ambiental no dia a dia da sala de aula, ao propor atividades ligadas ao contexto social, econômico, cultural e do ambiente no qual a escola está inserida.

O professor deve, sempre que possível, possibilitar a aplicação dos conhecimentos à realidade local, para que o aluno se sinta potente, com uma contribuição a dar, por pequena que seja, para que possa exercer sua cidadania desde cedo. E, a partir daí, perceber como mesmo os pequenos gestos podem ultrapassar limites temporais e espaciais; como, às vezes, um simples comportamento ou um fato local pode se multiplicar ou se estender até atingir dimensões universais. Ou, ainda, como situações muito distantes podem afetar seu cotidiano (BRASIL, 1997, p.55).

A formação continuada é indispensável, por isso o professor precisa ter consciência de que o processo de construção e aquisição de conhecimento é constante, tanto para ele quanto para o aluno. Para desenvolver bem seu trabalho, o docente precisa atualizar-se constantemente, buscando novas informações e alternativas para enriquecer as atividades e torná-las mais prazerosas, ligadas ao cotidiano e que permitam ao aluno acesso ao conhecimento sistematizado.

No contexto da interação do aluno com o tema para uma aprendizagem significativa, Paulo Freire (1987, p. 98-99) expõe que: “quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriem dela”.

Professor e escola cumprem responsabilidades sociais e políticas muito importantes. A escola nem é redentora dos injustiçados, nem reprodutora das injustiças, mas sim um local de mediação pelo qual, mudanças sociais em direção a democracia podem ocorrer (LIBÂNEO, 1994).

Não basta ter programas formais de Educação Ambiental que se constituem em apêndices nos projetos de ensino da escola. Não basta ensinar apenas a recolher o lixo, o grande desafio é promover um ensino que transforme as mentes e que modifique os costumes, pois antes de pensar no destino do lixo é preciso pensar na redução do consumo abusivo e sem necessidade. É necessário repensar o currículo, a gestão da escola, a formação dos professores e a proposta de ensino das escolas.

Diante da problemática ambiental e dos inúmeros desafios encontrados, os envolvidos com educação tem dois caminhos a seguir: se conformar com a realidade e reproduzir a cultura do conformismo e consumismo desenfreado ou agir de forma a promover uma pequena mudança, que unida a outras iniciativas pode acarretar mudanças maiores e de extremo significado para a sociedade. Mudanças que começam na escola partem para a família e adentram em toda sociedade. Cabe aos educadores decidirem pela educação voltada para a mudança ou a educação voltada para o conformismo. (FREIRE, 1987)

Paulo Freire (1987) afirma que a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo está ligada à liberdade e às escolhas conscientes. Conhecer, agir e perceber-se no ambiente deixa de ser um mero discurso para tornar-se ação concreta. Em Educação Ambiental é essencial o trabalho a partir do cotidiano dos grupos sociais, evitando o equívoco de responsabilizar a todos da mesma forma e pensar que agem de maneira homogênea sobre os ecossistemas.

Desenvolver projetos de Educação Ambiental requer uma visão ampla, que vá além dos elementos naturais do meio ambiente e envolva também os aspectos sociais relacionados à questão ambiental. Para além dos problemas encontrados, é preciso trabalhar com os alunos de modo que possam compreender as qualidades e importância da natureza e os motivos para defendê-la. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente e Saúde (PCNs) (BRASIL, 1997 p. 52) orientam que:

O que mais mobiliza tanto as crianças quanto os adultos a respeitar e conservar o meio ambiente é o conhecimento das características, das qualidades da natureza; é perceber o quanto ela é interessante, rica e pródiga, podendo ser ao mesmo tempo muito forte e muito frágil; e saber-se parte dela, como os demais seres habitantes da Terra, dependendo todos – inclusive sua descendência – da manutenção de condições que permitam a continuidade desse fenômeno que é a vida, em toda a sua grandiosidade.

O Projeto Mimoso, desenvolvido na Comunidade de Mimoso, no Pantanal Mato-Grossense, é um bom exemplo da conscientização da comunidade em relação aos problemas enfrentados e

também quanto à riqueza e necessidade de preservar o meio ambiente. As principais dificuldades encontradas na comunidade são em relação à pobreza e à exclusão social. A degradação ambiental, como poluição por resíduos, geralmente é causada por turistas e pescadores predatórios. A interferência externa causa a perda da identidade cultural da comunidade (SATO, 2001).

Diante disso, o Projeto trabalha a preservação da água para além do recurso hídrico, mas na infinidade de valores que podem ser calculados pelo mercado, entendendo que a sustentabilidade do Pantanal não depende só de políticas formais de governos, mas da inclusão social do povo de Mimoso, que por meio da participação poderá proteger o meio em que vivem. A Educação Ambiental trabalha as vivências e estórias do povo, buscando resgatar a ligação humana com o meio ambiente, a identidade e valorizar a comunidade.

Este trabalho realizado na comunidade de Mimoso mostra que a EA se efetiva em outros locais além da escola, e que isto contribui para a tomada de consciência do indivíduo em relação às questões ambientais. Sobre isso Thomaz (2006, p. 23) diz:

A EA extrapola a esfera da escola, não se restringe apenas à educação formal, objetiva transformar valores e comportamentos, possibilitando a construção do saber fazer humano, político e ambiental em defesa do bem comum, ou seja, objetiva entender os elementos naturais como bens coletivos e assim refletir, e se possível, mudar o pensar e o agir que vem distanciando as relações homem/sociedade/meio natural.

Um projeto de Educação Ambiental deve levar em conta o contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual se insere a escola. A realidade escolar da zona urbana é bem diferente daquela da zona rural. É importante considerar também os elementos da cultura local, relacionados à história e aos costumes de cada região. Assim, o trabalho com EA deve proporcionar ao aluno uma grande diversidade de experiências e habilidades, valorizando sua participação a partir da reflexão da realidade social, partindo de situações problema. (BRASIL, 1997).

A preocupação com o meio ambiente não está somente em resolver problemas, também é necessário desenvolver projetos que melhorem a qualidade do meio em que vivemos. Mais do que pensar em preservar e reduzir o consumo, a Educação Ambiental busca uma nova ética para tornar os alunos humanos, que veem sentido no que fazem e possuem amor e respeito pela natureza.

A Educação Ambiental faz parte do desafio que o professor enfrenta. Ao se pensar em um projeto é importante que o professor conduza os alunos a explorar o meio em que vivem, como por exemplo, as ruas e as praças, para assim desenvolver um sentimento de pertencimento a este meio. Isso é condição primordial para o desenvolvimento de um senso de responsabilidade (SAUVÉ, 2000).

Segundo a autora supracitada, a exploração de um ambiente conhecido pelos alunos faz parte da etapa inicial do processo de Educação Ambiental e pode contribuir para:

- estimular os sentidos e a curiosidade;
- desenvolver habilidades de observação;
- captar e tomar consciência do que nos rodeia;
- perceber a diversidade dos seres vivos e não vivos;
- reconhecer a multiplicidade de relações que existem em um meio;
- apreciar e valorizar o nosso entorno;
- entender que fazemos parte de uma comunidade de vida e que compartilhamos um mesmo espaço vital;
- conhecer a história socioambiental de nossa região;
- descobrir e valorizar sua cultura em relação ao meio no qual ela se desenvolveu;
- desenvolver um sentimento de pertencimento a este meio e à comunidade;
- sonhar e projetar as modificações que gostaríamos de fazer para melhorar a vida em nosso meio;
- desenvolver um senso crítico sobre as realidades;
- estimular o sentimento de responsabilidade para com o ambiente compartilhado. (p.14)

Apenas por meio de mentes e pessoas dotadas de consciência e atitude responsável em seu agir no meio em que vivem, é possível que nosso planeta esteja apto a receber as futuras gerações e garantir que haja recursos naturais essenciais às suas vidas. Não há mudanças de atitudes sem transformar as crenças, os valores. Ainda há muito a se fazer no campo da Educação Ambiental. Devemos pensar na responsabilidade de toda sociedade em assumir seu papel diante da problemática ambiental.

“Escola Água Cidadã” e “Jogo Limpo”: experiências e contribuições

Programa Escola Água Cidadã

O Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) é uma autarquia ligada à Prefeitura Municipal de Uberlândia. Este órgão é responsável pela captação e distribuição de água, bem como por coordenar, estudar, projetar, executar e fiscalizar obras de construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável, de esgotos sanitários e saneamento de cursos de água (DMAE, 2010).

O DMAE executa alguns projetos dos quais destacaremos o Programa Escola Água Cidadã, que é desenvolvido pela Gerência Ambiental e engloba o Projeto Tintim por Tintim e o Progerar.

Da responsabilidade com o meio ambiente e com o objetivo de ensinar a cuidar da vida, os projetos desse programa são realizados através de oficinas em escolas de ensino fundamental no município de Uberlândia (MG). Acontecem também nos espaços de educação não formal, como repartições públicas, empresas, eventos relacionados à segurança e com produtores rurais, por meio do Programa Buriti. Nesse artigo, trataremos somente dos projetos relacionados diretamente à escola.

Realizado em parceria com a Infraero, o Projeto Tintim por Tintim – Ciência e Comunicação na Educação Ambiental - teve início em 2001, abordando como temática o lixo urbano, oferecendo palestras e oficinas de educação ambiental, com o intuito de instruir sobre a separação do lixo seco do molhado.

No projeto são ministradas aos alunos oficinas que possibilitam a produção de desenhos animados, na intenção de promover a conscientização ambiental a partir da valorização da água no cotidiano das crianças, destacando a relação entre os problemas com o lixo e a conservação da água.

O grande objetivo dos projetos é sensibilizar crianças e jovens em relação aos problemas ambientais, mais especificamente sobre a água, que é um bem natural de fundamental importância para a manutenção da vida no planeta.

O Progerar - Programa de Gestão de Recursos Hídricos e Resíduos Sólidos - é o desdobramento e a ampliação do Prêmio Água Cidadã, realizado em 2004, que tem parcerias com a Infraero, as Secretarias Municipais de Educação, do Meio Ambiente e a Superintendência Regional de Ensino. Por meio destas parcerias realizam-se atividades em 12 escolas públicas, tanto em visitas às escolas, quanto em recebê-las em suas dependências.

O projeto é executado ensinando-se como separar o lixo sólido e a importância disso para a preservação da água. Buscou-se a mobilização do conjunto de alunos e servidores das escolas, onde a principal diretriz foi adotar práticas responsáveis de consumo da água. (DMAE, 2010). Com o Progerar, o departamento pretende ajudar as instituições a criarem mecanismos de controle do uso da água, bem como educar para seu uso racional e consciente, enfatizando os cuidados e as responsabilidades no uso da água.

Nesse sentido, o programa busca conscientizar a respeito do papel que cada um possui na preservação dos recursos hídricos, destacando a importância do consumo consciente desse bem natural não renovável. Nesse sentido, Branco (1998, p. 22) afirma que “o meio ambiente em essência deve ser visto como condição primária das atividades humanas, de seu progresso, de sua sustentabilidade: uma condição que permeia irremediavelmente o que o homem pretende fazer,

determinando possibilidades”.

Uma das vantagens do programa é que ele não se restringe somente à questão da água, mas aborda uma temática variada, como a vida silvestre, o lixo, o desmatamento, as queimadas, o cerrado. Assim, os alunos podem perceber o meio ambiente como um todo, e não somente em suas partes. E falar da relevância dos conhecimentos sobre a água é falar da sobrevivência da espécie humana, da conservação e do equilíbrio da biodiversidade e das relações de dependência entre seres vivos e ambientes naturais.

Um ponto importante a ser destacado é que os projetos são executados de forma lúdica por meio de teatros, jogos, teatro de bonecos, palestras e dinâmicas. Sabe-se que trabalhar com o lúdico faz com que o aprendizado se torne mais significativo, realçando a intenção pedagógica.

A iniciativa desta instância da cidade de Uberlândia evidencia a importância de parcerias entre entidades e escolas, numa perspectiva de promover uma educação voltada para a preservação e valorização do meio ambiente, partindo do individual para o todo, em que cada um assuma suas responsabilidades e ações.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que:

O trabalho desenvolvido pelas universidades, instituições governamentais e não governamentais na área ambiental é um valioso instrumento para o ensino e aprendizagem no tema Meio Ambiente. A relação com as instituições próximas à escola pode resultar em simples colaboração, ou em parcerias para a execução de ações conjuntas que serão relevantes para o trabalho proposto para esse tema. (BRASIL, 1997, p. 54)

Projeto Jogo Limpo

O Projeto Jogo Limpo surgiu com o livro-gibi “A turma dos 5 Jovens: Temos que Fazer Algo!” escrito por Felipe Saldanha, um dos principais idealizadores do projeto. Em sua obra, o autor conta as histórias dos personagens Léo, Cecília, Reggae, Strong e Matheus, cinco amigos brasileiros, jovens, que aprendem errando e juntos decidem fazer algo para construir um mundo melhor, a partir do amor pela natureza. “O livro-gibi apresenta histórias em quadrinhos, textos, curiosidades e sites sobre os animais, as plantas, a água, o ar e o lixo. A publicação foi realizada com o apoio da Organização para a Proteção Ambiental (OPA), fundada na cidade” (SALDANHA, 2009).

A ideia do projeto surgiu quando Felipe Saldanha tinha somente 13 anos, a partir de uma atividade proposta por um professor da escola onde estudou que culminou então na criação de um livro-gibi. O projeto teve grande influência da família do autor – ligada à questão da consciência ecológica –, do gosto que ele tinha pelo desenho e da vontade em fazer algo.

Em um primeiro momento a ideia era distribuir gratuitamente o livro-gibi nas escolas e bibliotecas, mas se percebeu que não seria eficiente, considerando que os professores ficam bastante ocupados com outras atividades da escola. Pensou-se então em oferecer ao mesmo tempo o material e o apoio aos professores, para que pudessem efetivar o projeto. Certamente, sem acompanhamento, muitos deles sequer saberiam o que fazer e como trabalhar com o material. A ideia não era de simplesmente distribuir o material, mas sim fazer “algo além”. Essa necessidade foi o que motivou o Projeto Jogo Limpo. Uma escola piloto da rede estadual de ensino da cidade foi escolhida, onde começou a ser realizado o trabalho.

As crianças tinham contato direto com o material. Elas liam, faziam produções literárias e artísticas sobre o tema e até mesmo atividades fora do turno de aula, como mutirão de limpeza, plantio de árvores e peças ecológicas, tudo voltado para a necessidade da escola.

Uma das principais preocupações do projeto foi fazer um trabalho de “dentro para fora”, evitando impor algo pronto à escola. Contando com a participação dos professores, foi realizado um diagnóstico da realidade da escola e de suas necessidades. A construção do projeto teve a orientação da OPA e de uma pedagoga, sempre levando em consideração a prática e os resultados alcançados em cada etapa para dar continuidade ao projeto.

Ainda em 2006, o livro-gibi foi lançado e houve um impacto muito positivo, os integrantes do

projeto tiveram um convite do extinto Centro de Referência do Professor – vinculado a Secretaria de Estado de Minas Gerais, para apresentar o projeto às escolas estaduais do município. Foram entregues cinquenta *kits* para as escolas que participaram no dia e a resposta positiva foi aparecendo ao longo do tempo.

No dia 5 de junho de 2007, Dia Mundial do Meio Ambiente, foi organizado o Encontro em prol do Meio Ambiente (EMA), marcando o primeiro aniversário do projeto Jogo Limpo. O encontro contou com a presença de 600 crianças e jovens, professores, 100 empresários e convidados ilustres, permitindo uma rica troca de experiências entre todos os envolvidos no Projeto. Na ocasião, o prefeito de Uberlândia firmou pessoalmente, em reunião com a equipe da OPA, o compromisso de levar o projeto às escolas públicas mantidas pelo município.

O projeto Jogo Limpo é interdisciplinar, engloba vários conteúdos, com a ideia de trabalhar o currículo como um todo. O foco do projeto são as crianças de 3ª e 4ª série, de 8 a 10 anos, mas indiretamente atinge a escola e a comunidade. Assim, pode ser trabalhado e desenvolvido com todo o Ensino Fundamental. A partir do momento em que os alunos e professores participam do projeto o levam à comunidade, como aconteceu na Escola Estadual José Gomes Junqueira, do bairro Luizote de Freitas, que juntamente com a equipe do projeto participou de um desfile em 31 de agosto de 2007, para comemorar os 119 anos da cidade, utilizando o tema meio ambiente, atingindo assim a comunidade externa (Projeto Jogo Limpo, 2010).

O Projeto Jogo Limpo (2010) aponta os principais objetivos, que estão de acordo com o eixo temático socioambiental:

- Adotar posturas responsáveis na escola, na comunidade e em casa, que levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis.
- Desenvolver o gosto pela literatura e pela arte em seus diversos gêneros, como histórias em quadrinhos, redações e poemas.
- Compreender as possibilidades da tecnologia da informação na representação gráfica e visual.
- Compreender a importância das parcerias entre empresas, ONGs e a comunidade.

Os projetos são iniciativas de agentes de fora da escola, mas trazem um impacto muito positivo, uma vez que possuem um alcance também na família e na comunidade, ou seja, no espaço de educação não formal. Porém, para que tenham um efeito positivo e duradouro, é necessário se constituírem também como um projeto utilizado pelos docentes.

O professor é fundamental no desenvolvimento de ações de Educação Ambiental, visando formar o cidadão com consciência ecológica, uma vez que a mesma não é pontual, mas deve ocorrer no dia a dia da escola. Sua participação é essencial para que os projetos não se restrinjam somente ao momento de trabalho na sala de aula. Ele pode utilizar o que foi trabalhado no dia a dia da sala de aula, buscando chamar a atenção dos alunos e aguçar a curiosidade deles. Sendo assim, é essencial buscar sempre sua própria formação à medida que surgem as necessidades dos alunos, e também para estimulá-los a pensar e trazer à tona novas questões.

Os projetos citados oferecem grande subsídio ao professor, na medida em que se apresentam como alternativa didática e estímulo à aprendizagem do aluno. Por meio deles o docente pode utilizar estratégias para explorar o meio ambiente, apontadas por Sauv  (2000) como passeios e visitas planejadas com observação e interpretação, experimentos, questionários, entrevistas e análise de documentos. Tudo isso para tornar o processo de ensino mais significativo para o aluno.

Conforme Carvalho (2008, p. 18):

o educador ambiental é, sobretudo, um mediador da compreensão das relações que os grupos com os quais ele trabalha estabelecem com o meio ambiente. Atua, assim, como um intérprete dessas relações, um coordenador das ações grupais e/ou individuais, que visa proporcionar novas experiências de aprendizagem e novas posturas em face do ambiente natural e social. O entendimento do que sejam os problemas ambientais na EA crítica passa por uma visão do meio ambiente como um campo de sentidos socialmente construído e, como tal, atravessado pela diversidade cultural e ideológica, bem como pelos conflitos de interesse que caracterizam a esfera pública.

Tozoni-Reis (2008 p. 46) indica que o “o processo educativo é um processo de formação humana, isto é, é um processo no qual os seres humanos – que nascem inacabados do ponto de vista de sua humanidade, de seu caráter humano – são produzidos, construídos, como humanos”. Assim, a Educação Ambiental possui para além do papel de buscar solucionar os problemas ambientais, prevê-los por meio da formação de sujeitos conscientes e críticos que tenham claro seu papel e atuação local, como indivíduo no meio social, como cidadão de direitos, disposto e capaz de reivindicar leis e ações afirmativas para a conservação do ambiente local e global.

Considerações finais

O trabalho com Educação Ambiental no processo de ensino e aprendizagem é fundamental para a formação de pessoas que respeitem o meio ambiente e lutem para sua preservação. Há de se pensar que a nossa qualidade de vida está diretamente ligada à qualidade do meio em que vivemos, e também do meio global.

Em se tratando de Educação Ambiental, há de pensar nas formas de trabalhá-la, nos recursos utilizados e em qual aluno se deseja formar, além da importância da educação, bem como do professor. A responsabilidade pertence a todos nós, e cada um deve assumir seu compromisso para que o meio ambiente em que vivemos seja preservado, tanto para esta geração quanto para aquelas que ainda estão por vir.

A EA deve basear-se em práticas de diálogo, com o objetivo de criar novas atitudes e comportamentos, buscando estimular a mudança de valores. Não podemos levar a educação para o conformismo e aceitação da exploração, onde somos alienados de nós mesmos.

O maior acesso à informação e de uma educação de qualidade potencializa mudanças comportamentais. Sensibilizar as pessoas para que participem em defesa da qualidade de vida é uma ferramenta importante para promover a preservação e o respeito pelo meio ambiente. É papel da educação inculcar nos indivíduos ações de respeito e responsabilidade, permanentes em sua vida dia a dia. A questão ambiental está relacionada à cidadania, e a escola vem de encontro à necessidade da educação ambiental, à medida que possibilita o acesso ao saber sistematizado e a aquisição de saberes e habilidade fundamentais para a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRANCO, S. M. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Moderna, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/agenda21>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

_____. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm>>. Acesso em: 18 maio 2010.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SE, 1997.

CARVALHO, I. C. M. A Educação Ambiental no Brasil. In: *Educação Ambiental no Brasil*. Salto para o Futuro TV Escola. Ano XVIII Boletim 1. p. 13-20. MEC: Mar. 2008. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

DMAE. *Atribuições do DMAE*. Portal da Prefeitura de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2010. Disponível em <<http://www.dmae.mg.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2010.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: Princípios e práticas*. 6. ed. São Paulo: Gaia, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JACOBI, P. et. al. (Org.). *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA, 1998.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Cap. 3.

_____. *Educar na Biodiversidade*. Salto para o Futuro. TV Escola. MEC. Ano XX Boletim 6 p. 8-12. MEC: Junho 2010. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/18562406-Educacabiodiversidade.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

MENDONÇA, Rosa Helena. Apresentação da série. In: *Educar na Biodiversidade*. Salto para o Futuro. TV Escola. MEC. Ano XX Boletim 6. p. 1-04. MEC: Junho 2010. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/18562406-Educacabiodiversidade.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

OLIVEIRA, Elisio Marcio de. *Educação ambiental: uma possível abordagem*. 2 ed. Brasília: IBAMA, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental. – os porquês da desordem mundial*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PROJETO JOGO LIMPO. *Apresentação*. 2010. Disponível em: <<http://www.opa.org.br/jogolimpo/portal/?p=apresentacao>>. Acesso em: 26 maio 2010.

SALDANHA, F. G. G. SANTOS, A. C. O. TONUS, M. *Projeto Jogo Limpo: uma experiência local de educação ambiental para o meio ambiente*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32; 2009, Curitiba, 2009, p. 1-14.

SATO, Michèle. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. In: *Educação, Teoria e Prática*, Rio Claro, V. 09, nº 16/17. p.24-35. 2001. Disponível em <http://www.ufmt.br/gpea/pub/Apaixonada_pesq.pdf>. Acesso em 10 maio 2010.

SAUVÉ, Lucie. *A educação ambiental – uma relação construtiva entre a escola e a comunidade*. Montreal: Projeto EDAMAZ, UQAM. 2000. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/gpea/pub/edamaz-livro.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

THOMAZ, Clélio Estevão. *Educação Ambiental na formação inicial de professores*. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC. Campinas: 2006. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_

arquivos/3/TDE-2006 1129T141821Z-1224/Publico/Clelio%20Estevao.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2010.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. A inserção da Educação Ambiental na escola. In: *Educação Ambiental no Brasil*. – Salto para o Futuro TV Escola. Ano XVIII Boletim 1, p.46-53, – MEC: Março 2008. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

UNESCO. *Carta de Belgrado*. Belgrado: Iugoslávia. 1975. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

Recebido em outubro de 2011.
Aprovado em agosto de 2012.

